

## AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO NO BAIRRO BOQUEIRÃO EM GUARAPUAVA/PR

**Azemir Müller**

Mestrando em Geografia pela UNICENTRO<sup>1</sup>  
[azemirmuller@outlook.com](mailto:azemirmuller@outlook.com)

**Liamar Bonatti Zorzanello**

Mestranda em Geografia pela UNICENTRO  
[lia\\_zorzanello@hotmail.com](mailto:lia_zorzanello@hotmail.com)

**Márcia da Silva**

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. da UNICENTRO  
[smarcias@superig.com.br](mailto:smarcias@superig.com.br)

### RESUMO

O presente estudo detém-se em averiguar o espaço urbano e suas transformações, principalmente no tocante ao uso e ocupação do solo urbano. Uma vez que a paisagem urbana é marcada por contrastes sociais revelando estas diferentes formas de uso e valores do solo, as quais são articuladas entre si. Torna-se assim, um palco de lutas de interesses de agentes sociais que o produzem, sendo a cidade o reflexo do que se passa na sociedade e reproduzida pelas ações destes agentes. Deste modo, o meio urbano é onde convivem o construído e o não-construído, onde ficam registrados os processos históricos vivenciados pelo homem e por ele materializados. Nestes aspectos percebe-se que alguns habitantes não têm acesso à habitação e/ou moradia adequada, e sem esta não conseguem suprir as necessidades básicas para obterem uma qualidade de vida satisfatória. Assim, direciona-se um olhar para alguns locais do Bairro Boqueirão na cidade de Guarapuava/PR buscando revelar como o espaço urbano deste bairro é utilizado e se realmente mostra estas contradições, onde por meio deste diagnóstico preliminar, pode-se sugerir possíveis intervenções que se aliadas a políticas públicas, vão implicar em melhorias para o espaço de vivência dos munícipes.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Uso e ocupação do solo. Habitação e/ou moradia. Políticas públicas.

### DIFFERENT FORMS OF LAND OWNERSHIP IN URBAN NEIGHBORHOOD IN BOQUEIRÃO GUARAPUAVA / PR

### ABSTRACT

This study is focuses on urban space and determine their transformations, especially regarding the use and occupation of urban land. Since the urban landscape is marked by social contrasts revealing these different forms of land use and values, which are interconnected. It is thus a stage of struggle of interests of social agents who produce it, being a city the reflection of that is passing in the society and is reproduced by actions of these agents. Thus, the urban place is where the built has being and not built where they are registered historical processes experienced and materialized by humans. In these respects noticed that some people don't have access to a dwelling and/or

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Recebido em 02/08/2012

Aprovado para publicação em 07/02/2013

adequate housing, and without these things they can not meet basic needs in order to obtain a satisfactory quality of life. Thus, has been a look at some places of Boqueirão in Guarapuava/PR trying to prove how the urban space at Boqueirão is used and if really shows these contradictions, where through this preliminary diagnosis, you can suggest possible interventions that coupled with public policies, that will result in improvements to the living space of residents.

**Keywords:** Urban space. Use and land cover. Housing and/or housing. Public policies.

---

## INTRODUÇÃO

Como pode-se observar, as cidades, independentemente de sua dimensão territorial, abrigam um imenso leque de diversidades culturais, religiosas e morais. Ou seja, são, na realidade, a reprodução de diversos grupos sociais com hábitos e tradições opostos, vivendo e convivendo em um mesmo espaço geográfico, sob regência de leis comuns. Corrêa (1989, p.07) destaca que “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, é um conjunto de símbolos e um campo de lutas sociais.”

Dentre essas lutas sociais, grande parcela da população mundial, e no caso a brasileira, luta pelo direito do uso e ocupação do solo para a habitação e/ou moradia no esforço de ter um local. Esse direito não deve restringir-se apenas à presença de um abrigo, mas sim este deve ser constituído por uma infraestrutura básica e se estender a toda sociedade, onde cada um necessita ter acesso a uma habitação adequada. Desse modo, o estudo a respeito do planejamento urbano, uso e ocupação do solo urbano (áreas de expansão, loteamentos, dinâmica imobiliária) torna-se pertinente, pois estão intrinsecamente ligados nos processos que produzem as cidades e o urbano, pois estes elementos são fundamentais para explicar os fenômenos da urbanização.

O espaço urbano está cheio de significados construídos pela cultura e direcionados por demandas econômicas e políticas. Entender o urbano, a urbanidade, conceitos que dão sentido à existência da cidade - que existe para o cidadão - significa abrir possibilidades para perceber o que é o urbano. O espaço urbano é o espaço geográfico mais representativo do modelo de processo de desenvolvimento. Desde a construção de um olhar direcionado para a arquitetura até a falta de estilo e cuidado na produção das periferias, várias situações que trazem o fenômeno urbano podem e devem ser tematizadas. Estudar o espaço urbano é buscar compreender porque as cidades crescem de maneira tão diferenciada. Já é reconhecido o fato de que a globalização da economia alimenta a dinâmica urbana e a metropolização. Isto não significa, no entanto que o movimento de urbanização seja, em toda parte, conduzido pela dinâmica econômica.

Mas a questão é que o “lugar para ficar” está intimamente ligado aos anseios do ser humano e diretamente relacionado com a sua sobrevivência e com seu direito à privacidade. Para a população em geral o mais importante é ter um ponto fixo de localização, para então suprir as necessidades de vida como trabalho, educação, lazer. Porém, para que isso aconteça, há a necessidade de reinventar uma urbanidade e uma maneira democrática de governar o urbano com o uso de políticas públicas que favoreçam todas as camadas da sociedade, principalmente para os grupos de baixa renda.

E é neste ponto que se vincula o presente estudo, visando não somente o conhecimento científico, mas uma análise da estrutura social, do uso e ocupação do solo, do planejamento urbano do Mirante do Jordão, da Vila Jordão e do Núcleo Santa Cruz (todos pertencentes ao Bairro Boqueirão) na cidade de Guarapuava/PR, identificando os principais agentes modeladores que agem neste determinado espaço, buscando reconhecer os problemas urbanos, identificando quais as medidas que o poder público local adota para combatê-los, bem como instigar o pensar para encontrar meios alternativos tanto para prevenção dos problemas urbanos como para eliminação destes.

A análise desse tema se dá em um contexto amplo e em diversos ramos da ciência, pelo fato de habitação e/ou moradia ser uma necessidade do homem tão essencial como a vida, sendo condição para uma existência humana digna. Assim, para chegar à análise dos principais problemas urbanos do recorte, caracteriza-se inicialmente o que vem ser a urbanização e como a mesma deu-se em nosso país. Posteriormente, define-se o conceito de espaço urbano e quais são os agentes produtores do mesmo. E, para melhor compreender o contexto atual, resgata-se o histórico da política habitacional brasileira, já que entende-se que o direito a habitação é essencial a vida e, por isso mesmo, necessita de políticas públicas contínuas, inclusive pelo fato de um dos locais ter sido criado por meio de uma política habitacional.

Finalizando, aborda-se o uso e ocupação do solo no município de Guarapuava/PR, dando ênfase aos locais mencionados, lançando um olhar sobre as relações de poder que são traçadas no território, ora reforçando suas desigualdades, segregando parte da população e destacando as graves patologias urbanas, ora empenhada na busca de amenizar estes contrastes.

## **I - CONHECENDO A URBANIZAÇÃO, O ESPAÇO URBANO E O HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA**

### **I.I. Urbanização**

Ao se tratar da história da civilização pode-se considerar a urbanização um fenômeno relativamente recente, e que em escala universal constitui-se a partir dos séculos XIX e XX.

Baseados em Spósito (1988, p.49) pode-se afirmar que o termo urbanização é empregado no sentido do “aumento da população que vive em cidades em relação à população total. Logo, este sentido pressupõe a diminuição relativa da população rural” e para complemento deste, segundo Rosatto (1993, p.24), de um modo bastante amplo, “entende-se por população urbana, toda a população residente na sede dos municípios e na sede dos distritos.”

Por meio desses conceitos pode-se infiltrar na ótica das cidades para estudar algumas de suas patologias, as quais não são recentes, mas que acompanham a civilização no decorrer de sua história, e que apareceram de forma mais acentuada com o desenvolvimento do sistema capitalista. Com a mecanização agrícola, as inovações na pecuária e o solo transformado em mercadoria, dotado de valor monetário, os camponeses veem nas cidades, onde o aumento progressivo da indústria aliado a constante modernização dos meios de produção impulsionam a ascensão do modelo capitalista, uma nova oportunidade para melhorar de vida. Mas, mesmo perante todo o desenvolvimento técnico oferecido pela Revolução Industrial, os centros urbanos não conseguem abstrair toda a mão-de-obra excedente. Assim, iniciam-se as primeiras aglomerações periféricas a estes centros, onde a pobreza faz-se presente, tendo como principal rival a concentração de renda nas mãos de poucos capitalistas, principalmente dos donos de indústrias ou detentores de meios de produção.

As cidades cresciam de modo desordenado, pois prevaleciam os interesses lucrativos dos grandes capitalistas. O caos fazia-se presente. Não havia planejamento, infraestrutura, combate e prevenção a doenças, endemias e epidemias, destinação de lixos e detritos. A busca constante do poder dominante de obter maiores lucros, pela da homogeneização dos valores culturais e a disseminação das ideologias consumistas, acaba por acentuar este quadro de desigualdade. Somente a partir da década de 1840 passou-se a dar mais enfoque à estrutura interna das cidades criando leis para combater o caos das mesmas, projetos de remodelagem e reestruturação.

No Brasil, pode-se observar que este processo de urbanização foi fortemente acelerado no governo Getúlio Vargas, pois as medidas econômicas e sociais tomadas para incentivar a modernização do país desencadearam amplos movimentos migratórios. A urbanização é acelerada, num primeiro momento, por dois fatores que nos ajudam compreender esta fase, conhecida como fase de explosão demográfica, sendo estes: “a industrialização, que atinge seu ápice da substituição de importações entre 1950 e 1960, e as elevadas taxas de incremento demográfico, que ocorreu entre 1940 e 1970” (ROSSATO, 1993, p. 24). Num segundo momento, pode-se ressaltar que as altas taxas de fecundidade, tanto em meio urbano como rural, levaram a um consecutivo aumento das taxas de urbanização.

Segundo Rossato (1993) enquanto, no período de 1940 a 1991, a população total do Brasil multiplicou-se 3,54, passando de 41.263.315 em 1940 para 146.917.459 em 1991, neste mesmo período, a taxa de população urbana multiplicou-se 8,61 vezes, passando de 31.24 para 75.86.

Em nível regional pode-se destacar a região Sudeste e a Centro-Oeste. A primeira desde 1940 lidera a concentração urbana do país, sendo que em 1940 a região contava com 56,14% da população urbana do país e em 1991 este índice cai para 49,74% mas continua a abarcar o maior contingente urbano do país, devido ao seu alto grau de industrialização. Já o processo de urbanização da região Centro-Oeste destaca-se nas últimas décadas, esta viveu em trinta anos “um processo tão ativo de urbanização, que passa de 1/3 da população urbana em 1960 para 4/5 em 1991” (ROSSATO, 1993, p. 26).

Nas regiões em destaque pode-se dizer que a principal causa para este inchaço urbano foram as migrações. No Sudeste os imigrantes eram atraídos pelo processo de urbanização e consequentemente pela busca de um emprego no meio urbano. No Centro-Oeste este processo ocorreu devido à ânsia de expandir-se a fronteira agrícola do país.

Perante todo este crescimento das cidades percebe-se que a macrocefalia é uma das características marcantes da urbanização brasileira, esta revela o crescimento exagerado dos grandes centros urbanos e a diminuição progressiva do contingente populacional das cidades pequenas. Rossato em seu trabalho “*Cidades brasileiras: a urbanização patológica*” publicado em 1993, afirma que as regiões metropolitanas, sendo elas: Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Recife representam 40% da população urbana do Brasil.

Outra característica que se pode destacar é a chamada aglutinação, ou seja, aglomerados habitacionais que se desenvolvem ao redor das áreas metropolitanas. Pois os dados apresentados por Rossato (1993) explanam, com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991, que os municípios com 50.000 habitantes ou mais, somam 462 unidades e representam 80,78% da população urbana do país, enquanto que os formados com um número inferior a 1000 habitantes não passam de cinco unidades. Por meio desses dados, percebe-se o enfraquecimento das pequenas cidades e o súbito crescimento das áreas metropolitanas.

Perante a análise dos dados do IBGE<sup>2</sup> de 2000 realizada por Santos (2005, p.9), pode-se considerar a configuração de uma hierarquia da rede urbana brasileira, classificadas do seguinte modo:

- Metrôpoles globais, nacionais e regionais (13 centros urbanos, exceto Manaus);
- Centros regionais (16 centros, com 13 aglomerações urbanas não-metropolitanas). Exemplos: Ribeirão Preto - SP, Londrina - PR, Florianópolis - SC, Uberlândia - MG, entre outras;
- Centros sub-regionais. Exemplos: Maringá - PR; Joinville - SC; Criciúma - SC; São Carlos - SP; Uberaba - MG, entre outras;
- Centros de expressão local e cidades pequenas (o restante dos municípios do país).

Segundo Santos (2005) uma das variáveis que pode definir o porte das cidades é o número de habitantes, estas ficam assim classificadas: Metrôpoles - entende-se como toda a aglomeração urbana que compreende mais de um milhão de habitantes; Cidades de grande porte (Centros regionais) compreendem uma população entre 500 mil habitantes a um milhão; Cidades de médio porte (Centro sub-regionais) possuem uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes; Cidades de pequeno porte, aquelas com população inferior a 100 mil habitantes.

Em 2000 o contingente populacional urbano do Brasil atinge a taxa de 81%, grande parte deste contingente urbano habita os grandes centros ou as áreas metropolitanas. Sem contar, que a maioria destes indivíduos encontra-se vivendo em áreas de baixa ou sub-habitabilidade, em péssimas condições de saneamento, transporte, etc.

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## I.II. Espaço urbano

Para Serra, o espaço urbano é:

compreendido enquanto produto social e histórico, quer dizer, como resultado da atividade de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o e tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural. (SERRA, 1987, p.67).

Assim, o espaço urbano não se limita a ser apenas local ou palco da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugar onde os trabalhadores vivem. Ele é tudo isso e muito mais. “São edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais” (MARICATO, 1997, p.42).

Segundo Clark (1985, p.37) “a cidade é uma unidade de análise em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço”. A cidade também pode ser distinguida de outras formas de assentamento, em termos de densidade de concentração desses atributos, pois é pelo mapeamento e especificação de tais índices que os padrões urbanos podem ser identificados e os processos urbanos estudados.

Desse modo, parafraseando Dollfus (1972) vê-se que o espaço urbano pode ser concebido como a superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária ao funcionamento interno da aglomeração.

Pode ser ainda, o que apresenta Corrêa (1989, p.07), quando diz que “o espaço de uma cidade é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, sendo esse solo usado para diversos tipos de ambientes (moradia, comércio, lazer).

Esse conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou mesmo o espaço urbano que se caracteriza como espaço fragmentado. Mesmo sendo a cidade formada por fragmentos, ela está articulada pelo fluxo de veículos e de pessoas que se deslocam para as diversas partes, tendo relações espaciais.

Como no espaço urbano há divisão por setores, onde alguns são destinados às residências, outros para comércio e outros para lazer, diz-se que este espaço é um reflexo social fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo uma estrutura social que se hierarquiza em classes, sendo profundamente desigual, tornando-se um condicionante social. Então, o espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra, tendo cada uso uma forma espacial que não tem existência autônoma, pois nele se realizam funções, atividades vinculadas aos processos da sociedade, a sua movimentação (CORRÊA, 1989).

Essas formas são socialmente produzidas por agentes sociais concretos que fazem e refazem a cidade, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução, das relações de produção e dos conflitos de classes.

O espaço urbano é também reflexo da sociedade pelas ações que se concretizaram no passado e deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais atuais e pelas ações realizadas no presente. Apesar de reflexo da sociedade é também condicionante desta. Corrêa (1987, p.8) nos diz que essa função é desenvolvida “por meio do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção.”

A cidade que é simultaneamente fragmentada, articulada, reflexo e condicionante possui também uma dimensão simbólica, sendo um campo de lutas. Dimensão esta que não é comum aos variados grupos sociais que compõem o espaço urbano, pois para grupos diferentes uma mesma rua ou monumento é dotado de significados, valores e crenças diferentes. Isto é, as relações que os diversos grupos sociais desenvolvem representam o cotidiano e o futuro próximo, devido, principalmente, à desigualdade existente nos mais variados aspectos do espaço, a luta pelos direitos de cada camada social constituem a cidade como um campo de lutas.

O espaço urbano não tem existência autônoma, pois suas formas são produzidas por agentes concretos, mas

(...) é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agente que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um processo abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem (CORRÊA, 1989, p. 11).

Estes agentes constituem-se de: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. Segundo Corrêa (1989), estes grupos possuem características comuns, como: a ação destes acontece dentro de um marco jurídico, que não é neutro, pois se condiciona aos interesses de um dos agentes e regula a atuação de cada um; entre os proprietários fundiários, dos meios de produção e promotores imobiliários a apropriação da terra faz-se requisito básico. Os agentes possuem uma natureza, uma perspicácia muito mais analítica do que efetivamente absoluta e suas estratégias para ter o espaço e suas relações a seu favor variam no tempo e no espaço.

Os proprietários dos meios de produção necessitam de terrenos amplos e baratos, com boa acessibilidade para que comporte as atividades das empresas ali instaladas. Desta forma a terra urbana apresenta-se com dupla finalidade: a “de suporte físico e de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades” (CORRÊA, 1989, p. 13).

A especulação fundiária é um dos fatores que mais gera conflitos neste contexto, pois os proprietários fundiários retêm terra, gerando uma escassez de ofertas e o consecutivo preço destas, dificultando a ascensão dos proprietários dos meios de produção, necessitando, muitas vezes, da intervenção estatal para resolver estes conflitos.

Os proprietários fundiários procuram obter maior renda sobre suas terras, para que o seu uso seja o mais rentável possível. Interessam-se na conversão do solo rural em solo urbano, haja vista, que o solo urbano concentra maior valor.

Estes procuram exercer pressão junto ao Estado para que possíveis leis ou recursos venham a beneficiar e valorizar suas terras. A urbanização de status e a popular demonstram diferentes relações do uso do solo. Na primeira os proprietários possuem terras bem localizadas, valorizadas por condições naturais e procuram a instalação de infraestrutura por parte do Estado ou por créditos bancários na busca de agregar maior valor a terra. Estes muitas vezes, tornam-se promotores imobiliários loteando, vendendo e construindo casas de luxo. Já os proprietários de terrenos mal localizados, normalmente sem amenidades físicas e infraestrutura, resta a opção de transformá-los em loteamentos populares.

Por promotores imobiliários, outro agente modelador do espaço, entende-se um ou um conjunto de indivíduos que praticam, total ou parcialmente, as seguintes funções: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização comercial. Estes atuam de maneira mais focada sob a parcela da sociedade que concentra maior renda, baseando-se na possibilidade de se obter lucros maiores.

O Estado apresenta-se como grande industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de é claro, produzir chão, como é o caso dos aterros. Por sua ação ser marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes segmentos da sociedade, pode-se dizer que ela não é neutra, pois tende a privilegiar os interesses das classes dominantes.

Sua ação processa-se em três níveis de esferas diferentes de poder, sendo elas: municipal, estadual e federal. Sendo que é na esfera municipal que seus interesses tornam-se mais evidentes e seu discurso menos eficaz.

Segundo Corrêa (1989, p.26) a atuação do Estado visa “criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações”, assim, nota-se que muitas das suas ações, convergem para a segregação residencial e sua ratificação é para o fortalecimento do sistema capitalista.

Os grupos sociais excluídos também modelam o espaço. A segregação mais notável refere-se ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, dentre eles o direito a moradia. Assim,

estes encontram habitação nos cortiços, nos loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais ou favelas, na maioria das vezes, desprovidos de qualquer tipo de infraestrutura. As melhorias para estes locais, principalmente as favelas, advêm da ação dos próprios moradores que aos poucos vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas ou do Estado, seja para atender a pressão exercida pelos moradores ou por interesses.

A condição econômica é de fato algo imprescindível e gerador de espaços na cidade. Pois, a renda, muitas vezes, pode determinar até que pontos ou partes da cidade pode-se chegar, a que programas pode-se ter acesso, a que colégios pode-se frequentar, etc. Evidenciando, assim, as desigualdades sociais e a segregação espacial.

O espaço urbano reflete contradições. Sua paisagem é marcada por diferentes contrastes sociais revelando, principalmente, diferentes formas, usos e valores do solo, as quais são articulados entre si. A dinâmica de acesso ao uso do solo urbano é que determina seu valor, sendo que indústrias, empresas de montagem e outros serviços que necessitam de amplas áreas de localização, juntamente com a classe menos favorecida da sociedade procuram locais distantes dos centros urbanos, onde normalmente os terrenos possuem um preço mais acessível e encontram-se distantes do aglomerado do centro urbano. Ou seja, procuram os locais os quais costumamos chamar de periferia. Mas, atualmente, devido à alta densidade das áreas centrais, a apropriação destes centros por casas noturnas, por hotéis e locais para divertimentos, essa visão de periferia precisa ser repensada, pois a classe dominante está migrando para esses locais mais distantes em busca de tranquilidade e qualidade de vida, construindo aí bairros-jardins, condomínios fechados entre outras edificações, e estas passam a ser sinônimos de *status*. Mas, percebe-se claramente nas edificações e nos estilos de vida a diferença econômica, apesar da proximidade de seu terreno.

A paisagem urbana reflete as diferentes formas de uso e apropriação do solo, segundo a renda, revelando os jogos de interesses que são lançados sobre o local. É uma paisagem onde convivem o construído e o não-construído, onde ficam registrados os processos históricos vivenciados pelo homem e por ele materializados. E isso é evidenciado por Carlos (2003, p.85) quando nos diz que “a paisagem é uma forma histórica específica, que se explica por meio da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais dos homens que a cada momento adquire uma nova dimensão.”

O espaço geográfico é produzido e transformado pela sociedade ao longo de sua história e, esta produção não inclui apenas bens, mercadorias e técnicas, mas as relações sociais também. Estas relações não compreendem apenas o fato do homem interagir com a natureza, mas inclui o processo de apropriação e transformação desta. Sendo assim, ao produzir sua existência o homem produz e reproduz seu espaço de acordo com seus objetivos e necessidades, transformando-o quando seus interesses mudam, apagando parte de sua história que estava impregnada naquele local para dar lugar ao novo momento histórico.

### **I.III. Histórico da política habitacional brasileira**

No Brasil, até a década de 1930, não havia uma interferência estatal significativa no setor habitacional, onde as medidas eram de caráter sanitarista objetivando diminuir as más condições de higiene das moradias dos trabalhadores urbanos onde essas reformas se faziam no intuito de evitar a propagação de epidemias, que constituíam ameaça à saúde da população. Isto é reforçado pelas ideias de Maricato que vai mais além quando nos fala que as principais cidades<sup>3</sup> da época passaram pelas obras que conjugaram saneamento com embelezamento e segregação territorial, onde:

o saneamento tinha como objetivo, além das medidas propriamente higienistas, afastar das áreas centrais os pobres, mendigos e negros, juntamente com seu estilo de vida. E o embelezamento consistia em dar a essas áreas um tratamento estético e paisagístico que pressupunha a inexistência da pobreza. A solução do problema de moradia da massa trabalhadora pobre, entretanto, não fazia parte desses projetos de reforma urbana (MARICATO, 1997, p. 29).

<sup>3</sup> Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, São Paulo.

Porém, com o aumento da massa trabalhadora pobre se instalando nas periferias das cidades, por causa do início efetivo do processo de urbanização/industrialização no Brasil, e sem condições de moradias adequadas, surgiu no decorrer desta década (1930), pela primeira vez, uma política social de habitação proposta pelo Estado e promovida pelos IAPs<sup>4</sup>, dentro do sistema de Previdência Social. Estes, segundo Maricato (1997, p.36), “em 27 anos (1937 a 1964) iriam financiar a construção de 140 mil moradias, a maior parte das quais destinadas ao aluguel” onde na verdade ficou só em discurso e no papel, pois a população pobre não participava do mercado formal de trabalho, portanto, não tinham acesso aos IAPs.

Assim, na década de 40 cresce a pressão dos trabalhadores sobre o Estado reivindicando o acesso à habitação, sendo que em 1946 (no governo Vargas) criou-se a FCP<sup>5</sup> que financiou 16.964 moradias no período de 1946 a 1964, um número relativamente baixo pela quantidade de anos destinados à construção (18 anos) que não supriu as necessidades dos habitantes de baixa renda, já que estes não se enquadravam nas condições da FCP para obter o financiamento das moradias.

Na década seguinte, verifica-se o declínio destes programas habitacionais devido em parte “à lei do inquilinato, que congelava os aluguéis e tornava os conjuntos cada vez mais onerosos aos Institutos em especial à FCP, e devido à inflação do período e à aplicação de recursos em outras atividades” (SILVA, 1989, p.34). Em 1961, surgiu o PAH<sup>6</sup> que tinha como novidade a proporção entre prestações do financiamento e do salário mínimo, onde a prestação não poderia ultrapassar 20% do salário mínimo. Novamente, essa política habitacional não surtiu efeitos, pois os requerentes deveriam ter estabilidade no emprego e tempo de residência na localidade, onde estes critérios funcionaram como exclusão para alguns segmentos da sociedade, em especial, à população de baixa renda sem trabalho fixo e moradia.

Desse modo, era visto que se precisava de políticas habitacionais que privilegiassem as classes menos favorecidas, porém os rumos e acontecimentos na sequência dessa década só evidenciaram e reforçaram o descaso com os que realmente necessitavam de habitações adequadas, já que “em 1964 um golpe de Estado fecha qualquer espaço de participação política” (MARICATO, 1997, p.40), imobilizando as reformas de base cobradas pelas massas rurais que adentravam as grandes cidades indo se instalar nas periferias destas, enaltecendo à falta de moradias adequadas, necessitando de políticas habitacionais efetivas.

Assim, no período ditatorial, iniciado em 1964 e que oficialmente terminou em 1986, pode-se dizer que houveram mudanças intensas do Estado em relação às políticas habitacionais, pois foram financiadas cerca de 4 milhões de moradias pelo SFH<sup>7</sup> e do BNH<sup>8</sup>, onde o regime militar procurou produzir habitação para garantir a expansão do capitalismo, por meio do incentivo à indústria da construção civil “na esperança que seus efeitos refletissem positivamente nos demais setores da economia, que se encontravam bastante estagnados” (SILVA, 1989, p.49). Onde, na verdade, o surgimento do BNH almejava conquistar a simpatia da população pobre e fora do mercado de trabalho, já que ao mesmo tempo em que iria financiar-lhes a moradia, iria inseri-los no mercado formal de trabalho pela construção das habitações.

Porém, essas mudanças nas políticas habitacionais não significariam que a população atendida era a que realmente precisava, pelo contrário, pois segundo Maricato (1997, p.49) “os investimentos do SFH e do BNH favoreceram predominantemente as classes médias emergentes e classes altas, sustentáculos do regime ditatorial”, haja vista que a grande maioria dos recursos utilizados eram provenientes do FGTS<sup>9</sup>, onde ao mesmo tempo em que pagava-se aos trabalhadores demitidos sem justa causa, confiscava-se 8% do seu salário mensal que era transformado em capital imobiliário pelo governo, e do SBPE<sup>10</sup> que aumentava a captação de recursos originários da poupança privada. Mas, considerando que os juros do FGTS eram menores que os de mercado, “os trabalhadores subsidiaram a moradia para a classe média”

<sup>4</sup> Institutos de Aposentadoria e Pensões.

<sup>5</sup> Fundação da Casa Popular.

<sup>6</sup> Plano de Assistência Habitacional.

<sup>7</sup> Sistema Financeiro de Habitação.

<sup>8</sup> Banco Nacional de Habitação.

<sup>9</sup> Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

<sup>10</sup> Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.



(MARICATO, 1997, p.49). Entretanto, o discurso do BNH era de atender prioritariamente à população de baixa renda financiando habitação popular e implantando infraestrutura.

A casa própria foi propagandeada e enaltecida pelo BNH e pelo SFH durante toda a sua atuação tendo um discurso para as massas, porém na prática auxiliava a classe média e alta, onde a partir de 1969 os indícios de que essa política habitacional estava fracassando foram traduzidos pelos altos índices de inadimplência, pois além dos desvios de dinheiro, a crise habitacional não foi suprida pela produção capitalista da moradia e sim marcada pela produção ilegal reproduzida pelas favelas, pelos loteamentos clandestinos, pelas moradias em cortiços densamente ocupados e pela casa produzida pelo sistema de autoconstrução o que desobrigou o Estado e o capital dessa despesa.

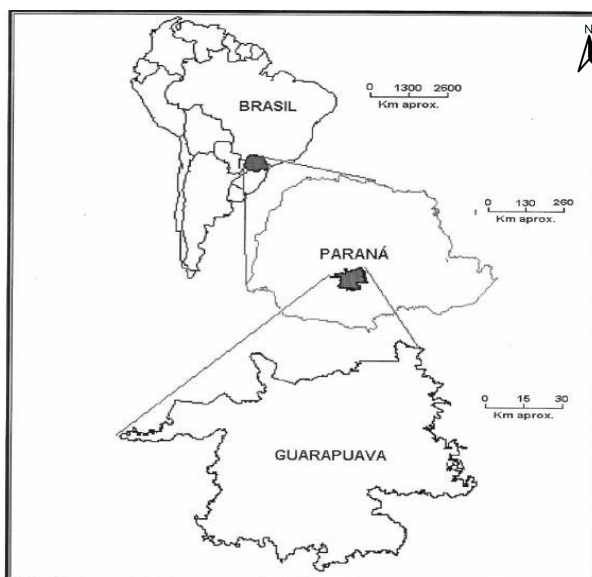
O BNH ainda tentou retomar programas voltados para a habitação popular, como as COHABs<sup>11</sup>, o PLANHAP<sup>12</sup> e o SIFHAP<sup>13</sup> na tentativa de evitar sua extinção, porém esses programas obtiveram êxito por pouco tempo não suprimindo a demanda habitacional para as classes populares, o que culminou no fim do BNH em 1986 “deixando como herança uma dívida espetacular para o Tesouro Nacional” (MARICATO, 1997, p.50) e o FGTS passou a ser administrado pela CEF<sup>14</sup>.

As políticas habitacionais trouxeram mais problemas do que soluções para o desenvolvimento e organização do espaço urbano, e desde quando se extinguíram, nenhuma outra forma de produção da moradia fez parte das propostas de governo ocasionando descaso e o agravamento da situação habitacional refletindo nas precárias condições de vida das classes populares brasileiras.

## II - UM RECORTE ESPACIAL: AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO NO NÚCLEO SANTA CRUZ, NO MIRANTE DO JORDÃO E NA VILA JORDÃO NO BAIRRO BOQUEIRÃO EM GUARAPUAVA/PR

O município de Guarapuava, localizado na Região Sul do Brasil, na mesorregião Centro-Sul do Paraná (imagem 1), ainda sofre com os impactos da ausência de políticas habitacionais efetivas, e por isso mesmo, a grande maioria da população enfrenta problemas com a falta de moradias sem infraestrutura adequada.

Imagem 1: Localização do Município de Guarapuava/PR



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2006. Org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

<sup>11</sup> Companhias Habitacionais.

<sup>12</sup> Plano de Habitação Popular.

<sup>13</sup> Sistema Financeiro de Habitação Popular.

<sup>14</sup> Caixa Econômica Federal.

Com uma população aproximada de 168.000 habitantes (IBGE, 2010), nota-se que estas estão distribuídas nos bairros conforme sua renda. Os habitantes com maior renda, residem em bairros onde o uso e acesso à infraestrutura é bem servido, possuindo habitações luxuosas e com poucos moradores, ou um número de moradores condizentes à construção. Em bairros onde a renda é menor, as moradias são simples e muitas vezes comportam um número de moradores maiores do que o suportável pelas instalações, com o mínimo de infraestrutura adequada.

No centro da cidade verifica-se um alto grau de concentração de edificações, bem como a centralidade de serviços comerciais e bancários. Ainda se vê um bom número de edifícios destinados, parte ao comércio e parte a moradia da elite guarapuavana. Os parques e as áreas verdes centrais destacam-se por apresentarem as melhores infraestruturas e pelo estado de conservação, podendo citar a Lagoa das Lágrimas e o Parque do Lago.

Verifica-se um bom número de lotes e/ou terrenos vagos disponíveis no perímetro urbano de Guarapuava. Isto funciona como uma forma de agregar valor ao solo urbano, a fim de vendê-lo ou edificá-lo quando as condições econômicas forem mais favoráveis e rentáveis. Em muitos casos, estes lotes de reserva de valor direcionam a concentração habitacional segundo os interesses da elite dominante e acabam por pressionar a população menos favorecida e desprovida de local para morar a procurar locais mais baratos, normalmente desprovidos de infraestrutura e distantes do centro comercial.

Ainda sobre os locais, verifica-se o surgimento de uma série de construções luxuosas, aproximando ainda mais Guarapuava da realidade das grandes cidades, pois as pessoas com maior renda deixam os centros, devido ao seu alto custo de moradia e a aglomeração existente, e partem para os locais mais periféricos da cidade em busca de locais mais espaçosos, calmos e retirados das agitações centrais, mesmo que possam vir a investir mais na questão de deslocamento, o que é recompensado pelo preço dos terrenos ou pelos aluguéis dos imóveis.

Nos bairros mais periféricos também se pode perceber a existência de muitas fábricas ou de serviços que necessitam de um elevado número de mão-de-obra ou de espaços maiores que os ofertados nos centros. Mas, nem esta certa concentração de determinados serviços consegue abstrair toda a mão-de-obra oferecida e, muitas vezes, não há uma boa remuneração pelo ofício desempenhado, o que contribui para reforçar a segregação dentro da própria cidade.

Em Guarapuava, assim como em muitas outras cidades observa-se a ocupação irregular de certos pontos, entre eles podem-se destacar as áreas de várzeas ou as proximidades dos canais dos rios. Estas habitações normalmente são construídas sem planejamento, e correm o risco de serem arrastadas pelas enxurradas ou invadidas pelas águas pluviais, provocando diversos danos aos moradores, sem mencionar, é claro, a exposição que os mesmos têm diariamente com diversas doenças, principalmente, nos locais onde os córregos ou rios possuem um alto grau de poluição.

Clark (1985, p.224) ao mencionar as ideias de Pahl (1985), concorda com este ao focar a seguinte questão: “todas as sociedades, sejam capitalistas ou centralmente planejadas, tem injustiças sociais e áreas pobres que são reflexos da distribuição e disponibilidade dos recursos escassos” e isto pode ser observado nas mais diversas cidades, independente do seu tamanho ou de sua cultura.

Quanto aos locais que serão brevemente analisados a seguir, cabe destacar que o trabalho fora realizado em duas etapas. Primeiramente no ano de 2010 visitou-se o Bairro em estudo empenhando-se em coletar o máximo de dados e informações possíveis. Em 2011, um ano após as primeiras visitas, realizaram-se novos campos aos locais na busca de aprofundar as análises anteriormente iniciadas.

## **II.I. - NÚCLEO SANTA CRUZ – BAIRRO BOQUEIRÃO**

### **II.I.I. – Núcleo Santa Cruz em 2010**

O Núcleo Santa Cruz, quando criado pertencia ao Bairro Santa Cruz, porém atualmente faz parte do Bairro Boqueirão e está localizado na cidade de Guarapuava/Paraná (imagem 2). Foi

criado em 1983 pela Cooperativa Habitacional Planalto em conjunto com o extinto BNH e mais tarde passou a ser gerido pela CEF.

Possui 140 casas, originalmente estas tinham padrão e tamanho semelhantes. Atualmente, mantêm-se a proporção dos lotes, porém as edificações ganharam arquiteturas modernas e diferenciadas. O Núcleo é cortado pelas ruas Araraquara, Araçatuba, Bauru, Renato Guimarães Pupo e Bem-te-vi.

**Imagem 2:** Localização do Núcleo Santa Cruz - Guarapuava/PR



Fonte: Google Earth. Org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

Como todo núcleo populacional, as casas foram construídas para atender a demanda de pessoas de baixa renda, porém, notou-se que dificilmente o imóvel permaneceu nas mãos dos primeiros moradores, pois a partir de alguns anos, muitos se desfizeram dos mesmos por valores bem abaixo do seu real valor.

Desse modo, no lugar da maioria dos antigos moradores, foram instalando-se famílias de classe média e média alta, tendo poucos residentes de classe média baixa, conforme relatam os moradores do local.

O motivo de tais famílias se instalarem nesse Núcleo, deve-se ao fato do mesmo estar localizado próximo ao centro da cidade (se comparado aos outros núcleos do município), pelo fato de ser pequeno e todo edificado, tornando-o com aspecto familiar e também por possuir serviços públicos (coleta de lixo, esgoto, pavimentação, saúde, educação) que atendem as necessidades da demanda local.

Outro atrativo é o Núcleo ser cercado por uma área verde, o que o torna muito agradável, aumentando a especulação imobiliária e, desse modo, afastando as classes menos favorecidas. Ainda, pode-se ressaltar as seguintes observações:

A maioria das casas, já perderam as características arquitetônicas iniciais, não seguindo a estrutura original onde todas eram padronizadas com medidas iguais, dando espaço a edificações maiores e mais confortáveis (fotos 1 e 2 respectivamente).

As ruas são asfaltadas, iluminadas e bem arborizadas (foto 3), mas faz-se necessário à revitalização dos passeios (calçadas), uma vez que encontram-se em situações precárias.

No interior do Núcleo não há telefone público, nem ponto de ônibus. Sendo que o telefone público e o ponto de ônibus mais próximos estão localizados na Rua Leonardo Coblinski, que fica a dez metros do Núcleo. Porém, o local conta com sua própria central de captação de esgotos da SANEPAR, a qual é localizada na parte mais baixa do terreno e bem próxima a um córrego d'água.

**Foto 1:** Casa original - Núcleo Santa Cruz



**Foto 2:** Casa modificada - Núcleo Santa Cruz



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

**Foto 3:** Pavimentação asfáltica e passeios



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

Quanto ao lazer, o Núcleo conta com dois parques infantis, com poucos brinquedos, porém, bem conservados. Cada parque tem localização estratégica, ou seja, nas extremidades da rua que corta o Núcleo horizontalmente, assim, o restante do Bairro Boqueirão e do Bairro São João não tem acesso livre ao Núcleo, somente pela Rua Leonardo Coblinski. E também, possui um campo de futebol mantido pela associação dos moradores.

A partir deste exemplo pode-se observar o processo de urbanização brasileira, considerando dois fatores fundamentais: “de um lado, o processo de mundialização da sociedade urbana impondo valores, uma cultura, um modo de vida e, de outro, as especificidades históricas próprias do lugar produzindo a singularidade na totalidade” (CARLOS, 2003. p.88). Assim, para a preservação de sua singularidade e para reivindicar seus direitos à cidade e à cidadania a sociedade aparece organizada em movimentos sociais, demonstrando resistência aos processos de reprodução do capital e de homogeneização social.

A Administração Municipal já cogitou a ideia de abolir tais parques para abrir a rua ligando o restante do Bairro Boqueirão ao Bairro São João, mas os moradores do Núcleo mobilizaram-se e demonstraram perante a Administração posição contrária a destruição dos mesmos. A abertura da rua possibilitaria o tráfego mais intenso de veículos e pedestres, tirando o “sossego” e a aparência familiar do Núcleo. E assim, possibilitando o acesso ao Núcleo estaria se proporcionando o aumento dos furtos e roubos.

Os alunos do Ensino Fundamental (séries finais: do sexto ao nono ano) e Ensino Médio são atendidos pelo Colégio Estadual Liane Marta da Costa, acesso por estradas de terra (foto 4). E

os alunos da rede municipal são atendidos pela Escola Municipal Raul H. Lupatelli e Dalila Haenisch Teixeira no Bairro Santa Cruz.

**Foto 4:** Colégio Estadual Liane Marta da Costa



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

### II.I.II. – Núcleo Santa Cruz em 2011

Após um ano de realização dos estudos, retornou-se ao Núcleo Santa Cruz para verificar as alterações que haviam ou estavam sendo realizadas no local.

Já em 2010, a população estava a queixar-se de um enorme muro que estava sendo erguido na extremidade Oeste do Núcleo (representado na imagem 3 pela linha vermelha), próximo há uma área de mata de araucárias. Portanto, ainda não se sabia o que lá seria edificado.

Em 2011 tal muro encontra-se com sua construção findada, sendo todo em alvenaria e tendo seu portão principal de frente para a Lagoa Dourada<sup>15</sup> com início de algumas construções, conforme pode-se observar na foto 5.

**Imagem 3:** Localização do muro na extremidade Oeste do Núcleo Santa Cruz



**Foto 5:** Portão principal do muro com vista para a Lagoa Dourada – B.Boqueirão



Fonte: Google Earth. Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

Após pesquisas na Prefeitura Municipal de Guarapuava, as informações repassadas foram as de que o terreno pertence à Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, onde os loteamentos foram realizados pelo Engenheiro Cartógrafo Flávio Alexandre (funcionário da Prefeitura lotado na SEPLUG<sup>16</sup>) e que conforme especificações do engenheiro e da construtora Esfinge Ltda

<sup>15</sup> Esta lagoa não pertence ao Núcleo Santa Cruz, mas ao Bairro Boqueirão, que está próximo ao Colégio Estadual Liane Marta da Costa onde o condomínio que será edificado terá vista para esta.

<sup>16</sup> Secretaria de Planejamento Urbano de Guarapuava.

(com endereço na cidade de Ponta Grossa) onde será levantado um condomínio fechado para atender os funcionários de alta renda da Cooperativa.

E assim, acredita-se que em breve também será realizada a revitalização da Lagoa Dourada, a fim de privilegiar estes novos moradores, os quais serão atraídos ao Bairro Boqueirão devido a sua proximidade com o centro urbano de Guarapuava, além de contar com estabelecimentos de ensino e belezas naturais no entorno.

Enquanto isso, para a população do Núcleo Santa Cruz, que está edificado por volta de 28 anos no Bairro Boqueirão muito próximo da Lagoa Dourada não se percebe melhoria alguma. Isto reforça a ideia de que o Estado não é neutro em sua atuação no espaço urbano que pode ser confirmado quando privilegia os interesses das classes que dominam e, neste caso, podem ser caracterizados pelas ações que a Prefeitura Municipal de Guarapuava fará em prol da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios e pelos funcionários de classe alta pertencentes a esta.

## II.II. - MIRANTE DO JORDÃO - BAIRRO BOQUEIRÃO

### II.II.I - Mirante do Jordão em 2010

O Mirante do Jordão, pertence ao Bairro Boqueirão e encontra-se localizado na cidade de Guarapuava/PR, conforme ilustra a imagem 4.

**Imagem 4:** Localização do Mirante do Jordão (Parte Alta)



Fonte: Google Earth. Org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

Essa parte do Bairro Boqueirão é tida como um dos locais mais promissores do perímetro urbano guarapuavano, principalmente por ser caracterizado uma área de expansão da cidade e para onde se dirigem indivíduos com uma renda considerável. A especulação imobiliária neste local faz-se presente de modo bem acentuado, pois o lugar é marcado por belos atrativos paisagísticos onde estes atuam agregando valor aos lotes urbanos, segregando as classes menos favorecidas em prol das mais abastadas.

Não diferindo disso, pode-se enquadrar o Mirante do Jordão como um dos locais mais distantes do centro da cidade com características bem peculiares. É aqui que parte dos indivíduos bem sucedidos financeiramente buscam residir. Além da bela paisagem local, pode-se contar com um Parque Recreativo, com uma Faculdade, um Kartódromo, um SPA, proximidade com os cinturões verdes de hortaliças e verduras, entre outros.

A maior parte desse local do Bairro Boqueirão não é asfaltada, carece de infraestrutura em todos os sentidos (fotos 6 e 7), mas a especulação imobiliária presente já está despertando os olhares da Administração Pública Municipal, a fim de que esta invista no local. Os lotes urbanos a serem comercializados agregam um alto valor monetário.

Neste local, a vista de altos morros, rios, escarpas, vegetação exuberante tornam-se atrativos paisagísticos e ainda encontram-se atrelados a tranquilidade do local, fazendo com que muitas

peças deixem o centro urbano em busca de melhor qualidade de vida, mesmo que isso implique em maiores gastos.

**Foto 6:** Vista parcial - Mirante do Jordão



**Foto 7:** Especulação imobiliária – M. do Jordão



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

### II.II.II - Mirante do Jordão em 2011

Em visita recente a esta parte do Bairro, percebe-se a intensa especulação imobiliária, a finalização de algumas casas e o aumento gradativo das construções de alto padrão. Também nota-se a expulsão dos moradores antigos (foto 8), já que estes vêm-se obrigados a vender seus terrenos pelo constante aumento do IPTU<sup>17</sup> “que afeta o preço da terra e dos imóveis, gerando a segregação social no espaço, principalmente no espaço urbano” (MÜLLER, 2006, p.13) e pelo fato de receberem propostas “atraentes” pelos terrenos, pois provavelmente os imóveis serão destruídos por não atender as exigências da classe média alta.

**Foto 8:** Placa de “vendo” com o imóvel ao fundo – Mirante do Jordão



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

A maior parte do Mirante do Jordão ainda carece de pavimentação asfáltica o que contribui, no período de sol, para o surgimento da poeira, a qual causa problemas respiratórios principalmente nas crianças e nos idosos. Já no período das chuvas o surgimento do barro e o alagamento das ruas aliado ao transporte de resíduos sólidos, os quais vão depositar-se em algumas residências e nas partes baixas do loteamento, indo de encontro ao rio que o circunda. Haja vista que o local não possui coleta de lixo diária, ou pelo menos em dias alternados, gerando a acumulação dos resíduos, podendo ocasionar doenças à população. Não existem placas de sinalização para o trânsito, lombadas, telefones públicos, pouca ou nenhuma arborização no entorno das ruas e nem passeios (calçadas) para os pedestres. Também há a falta de espaços para o lazer, onde os moradores improvisam locais, em terrenos baldios, utilizando-os para a prática do futebol.

<sup>17</sup> Imposto Predial Territorial Urbano.

## II.III. – VILA JORDÃO – BAIRRO BOQUEIRÃO

### II.III.I. – Vila Jordão em 2010

Escolheu-se esta Vila devido a sua proximidade com o Mirante do Jordão e por estarem localizados no mesmo Bairro, onde se pode evidenciar o direcionamento diferenciado dos recursos públicos de acordo com os interesses que se quer privilegiar. E, além disso, o Mirante do Jordão e a Vila Jordão são tidos pela população como um único local. Para diferenciá-los faz-se uso apenas de vocábulos que mencionem sua localização geográfica, assim, para se dirigir ao Mirante do Jordão usam a rotineira expressão “Jordão - Parte alta” ou “lá na parte alta do Jordão”. Enquanto, que se referem à Vila Jordão com a sua própria denominação ou acrescida dos vocábulos “parte baixa” ou “lá em baixo”, mencionando deste modo, implicitamente, o local que tem contato direto com o Rio Jordão.

Abaixo, na Imagem 5, visualiza-se a Vila Jordão em uma imagem aérea recente:

**Imagem 5:** Localização da Vila Jordão (Parte Baixa)



Fonte: Google Earth. Org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

A parte mais tradicional da Vila restringe-se ao entorno do Colégio Estadual Bibiana Bittencourt (foto 9). Esta instituição de ensino é que supre a demanda de alunos que cursam as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. Nas proximidades do Colégio reside a população com condição econômica menos favorecida.

**Foto 9:** Colégio Estadual Bibiana Bittencourt – Vila Jordão



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

O local conta com infraestrutura mínima, podendo ser ressaltada a existência de água tratada, luz elétrica, ruas pavimentadas com poliedros em situações precárias, com inúmeros buracos, a iluminação também é precária e há pouco serviço de telefonia pública disponível, o que pode ser observado pela foto 10.



**Foto 10:** Vista Parcial da parte tradicional da Vila Jordão



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2010.

Em relação aos pontos de ônibus estes se fazem presentes em maior número que na parte elevada, devido ao fato de situar-se mais próximo do Parque Recreativo do Jordão, sendo viável a maior concentração de pontos de ônibus e iluminação na Avenida Vereador Rubem Siqueira Ribas, sendo esta a principal via de acesso da Vila ao resto da cidade, a qual é asfaltada. Neste, percebe-se o interesse público em manter a infraestrutura básica, ao menos na avenida principal, a fim de facilitar o acesso ao Parque.

### **II.III.II – Vila Jordão em 2011**

Recentemente, em visita ao local, pode-se observar que pouco foi feito em prol da população aí residente. As ruas continuam sem os passeios (calçadas) e a pavimentação asfáltica ou poliédrica necessária, tornando-se verdadeiros lamaçais em dias chuvosos. E também carecem de sinalização adequada, as quais podem prevenir possíveis acidentes.

Ainda no tocante às vias de tráfego urbano, ressalta-se a necessidade de se revitalizar e manter os bueiros e boca de lobos em bom estado para agilizar o escoamento das águas fluviais. Para tal, é fundamental que o caminhão coletor de resíduos sólidos e orgânicos realize a coleta com certa regularidade e frequência, evitando que estes venham a trancar os escoadouros das águas das chuvas, provocando alagamentos e aumentando a propensão a doenças.

Apesar da proximidade existente entre a Vila Jordão e o Parque Recreativo do Jordão, isto não justifica a ausência de espaços de lazer ou áreas verdes no interior da aglomeração urbana.

Pode-se colocar que a população local não menciona, em momento algum, o empenho da Administração Municipal em revitalizar a Vila e/ou em atender as necessidades dos moradores. Portanto, não vislumbram meios para melhorias de seu cotidiano.

### **III - SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO NOS LOCAIS ESTUDADOS**

O Núcleo Santa Cruz é praticamente todo edificado, impossibilitando construções futuras, isso só pode ocorrer caso alguma das edificações existentes possam ser retiradas e convertidas em novas construções. Assim, considerando o sentimento de pertença das pessoas para o local onde vivem e demais relações sociais que são tecidas neste Núcleo, vê-se a impossibilidade em reassentar essas pessoas em outros locais para possíveis intervenções que o poder público considerar necessárias.

Assim, sugere-se que tal Núcleo seja mantido como está, haja vista que possui serviços básicos de infraestrutura, como: água tratada, saneamento básico, coleta de lixo e iluminação. Quanto às áreas verdes, não são muitas, mas se os parques forem bem cuidados pelo poder público e este os revitalizá-los poderão ser melhores desfrutados pela população.

Referente ao campo de futebol, este pertence à Associação de Moradores do Núcleo, mas também precisa ser revitalizado, com cercas novas e iluminação evitando que pessoas estranhas entrem e depredem o patrimônio.

Contudo, com essa análise preliminar, coloca-se que o poder público municipal deveria investir na revitalização dos parques e das calçadas, assegurando o tráfego dos pedestres. E ainda, em segurança, uma vez que, o bairro que cerca o Núcleo está crescendo.

Ao que tange a zona de captação de esgotos do Núcleo, seria ideal realizar uma investigação, verificando se a mesma, por encontrar-se em um terreno declivoso e próximo a um córrego de água, não poderá vir a prejudicar este corpo d'água, tomando as medidas preventivas necessárias.

Ao se observar mais além das "fronteiras" do Núcleo percebe-se que devem ser tomadas medidas de proteção, conservação e/ou revitalização da área de várzea que passa aos fundos do Núcleo, no intuito de conservar as águas do córrego e parte de sua mata ciliar ainda existente. Para tal, deve-se ter um projeto rigoroso por parte do município quanto ao uso e ocupação desta área, preservando-a.

Como meio de valorizar o Bairro Boqueirão pode-se vir a revitalizar a Lagoa Dourada que existe nas proximidades do Núcleo e do Colégio Estadual Liane Marta da Costa. Oferecendo, assim, a população que aí reside um local para o lazer e conservando uma área verde natural, enquanto esta ainda está em tempo de ser revitalizada.

Quanto ao Mirante do Jordão pode-se tecer várias observações, dentre as quais destacam-se:

Certo direcionamento para o assentamento das classes mais nobres da cidade, com lotes com preço elevado e edificações luxuosas. Assim, como as edificações no referido local ainda são poucas, faz-se necessário à intervenção pública para que sejam definidas as áreas verdes, a metragem das ruas, calçadas, redes de esgotos, de captação de água das chuvas, de iluminação pública, pavimentação asfáltica e de preservação dos mananciais, evitando problemas futuros quando o local todo estiver edificado.

Como área para o lazer, sugere-se que seja revitalizada uma lagoa (foto 11) lá existente sendo esta intermitente e, por isso, merece um planejamento para que a mesma não seque, sendo uma alternativa de lazer dentro do Mirante do Jordão. Ainda propõe-se a possibilidade da criação de um local para a prática de atividades físicas.

**Foto 11:** Lagoa intermitente - Mirante do Jordão



Fonte e org.: Müller, A. e Zorzanello, L.B. 2011.

No tocante a Vila Jordão observa-se certa irregularidade nas edificações, sendo que estas construções revelam populações de baixa renda. Assim, a fim de beneficiar tal classe, seria necessário investir em infraestrutura básica, como: asfaltamento das ruas, rede elétrica nas vias mais afastadas do Parque, rede de drenagem das águas das chuvas, bem como áreas de lazer (parques, quadras poliesportivas) para que esta população tenha perto de sua residência opções para o divertimento da família.

Também se sugere que o Parque Recreativo do Jordão seja revitalizado afim de que os moradores possam usufruir dessa área para o lazer com mais segurança cabendo ressaltar que este local poderia ser mais usado por toda a população de Guarapuava se lhe realçasse o potencial que exerce, aliando-o a uma política pública voltada para a geração de renda absorvendo a população desempregada da Vila Jordão.

Como há existência de uma parcela significativa de pessoas idosas, sugere-se a criação de um centro de convivência para a melhor idade dentro da Vila, já que estas não podem locomover-se com certa frequência para locais distantes, o que geraria a melhoria da qualidade de vida.

Além do mais, nesta área far-se-ia necessários projetos para prevenir a ocupação de áreas irregulares, principalmente áreas de várzeas, enquanto o local tem parte de seu solo urbano vago. Deste modo, seria mais fácil realocar possíveis moradores para regiões próximas de sua atual residência e evitar problemas ambientais urbanos de maior magnitude.

Considerando que fora trabalhado com três locais distintos dentro de um mesmo Bairro guarapuavano, cabe destacar as diferenças evidenciadas e a forma como o poder Público Municipal direcionou e interferiu no uso e ocupação do solo. Assim, pode-se compreender como tais locais agregam um percentual mais elitista da população, enquanto outros servem de espaço para indivíduos de classe social menos abastada.

Ressalta-se também a escala temporal trabalhada nesta pesquisa, haja vista que os locais escolhidos foram visitados com o intervalo de doze meses, ou seja, um ano. Como, ao se tratar de Administração Pública, sabe-se que há uma demora para atender a população e realizar obras de melhorias. Porém, questiona-se como se pode considerar um ano muito pouco para se realizar melhorias tão simples, se um mandato político dura apenas quatro anos?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa entende-se o espaço urbano como sendo um palco de lutas dos diferentes interesses dos agentes produtores do espaço urbano, sendo a cidade, reflexo do que se passa na sociedade e reproduzida pelas ações desses agentes.

Assim, por meio das saídas de campo e das análises dos dados obtidos, e confrontados com as teorias expostas por diferentes autores, confirmamos que estas se entrelaçam onde existem realidades completamente distintas entre os locais analisados dentro de um mesmo bairro, demonstrando que os bairros guarapuavanos como um todo, necessitam de políticas públicas urgentes, principalmente para atender as classes menos favorecidas.

Apesar de o levantamento ter sido feito em um recorte relativamente pequeno (e no mesmo Bairro - Boqueirão) se comparado ao tamanho do município de Guarapuava, ressaltamos sua importância, visto que os locais escolhidos refletem a parte de um todo, onde alguns problemas encontrados norteiam a situação de vários bairros.

Notamos que o Núcleo Santa Cruz, por ser um local que já havia sido edificado há muito mais tempo se comparado às localidades Mirante do Jordão e Vila Jordão e por se tratar de um Núcleo com características de um BNH, ainda possui uma arquitetura peculiar da época de sua implantação com algumas modificações nos padrões das casas, já que este atraiu habitantes de classes mais elevadas. As mudanças deverão ser pensadas no intuito de privilegiar as características do Núcleo e ainda este pode servir como modelo para a implementação de novas moradias em outros bairros.

A Vila Jordão, na parte baixa do bairro, dentro do recorte, onde encontramos habitantes de classe baixa, carece de políticas públicas voltadas a atender essa população, com melhores investimentos em infraestrutura e lazer. Já no Mirante do Jordão, na parte elevada do bairro, dentro do recorte, notamos uma grande especulação imobiliária, onde esta visa atender habitantes com melhores condições de vida, já que essa área do bairro conta com equipamentos urbanos aliados a uma bela paisagem natural (Escarpa do Jordão) o que facilita a construção de edificações com arquiteturas arrojadas. É visto que essa área encontra-se em processo de formação, construção. Porém, sabemos que logo serão implementados os equipamentos e a maioria da infraestrutura pelo fato da população ser constituída principalmente pela classe média alta exercendo forte pressão sobre o município. Enquanto

isso, os moradores da Vila Jordão, que se fazem presente há vários anos no bairro, padecem de equipamentos básicos para ter melhores condições de vida. Aqui cabem considerações:

Não poderia o poder Público Municipal exercer políticas públicas efetivas para os moradores da Vila Jordão, já que este é o que deve criar condições para uma sociedade digna? E se essas forem feitas, de que forma seriam além das apresentadas em campanha política?

Desse modo, percebemos que o planejamento urbano desses locais e do município de Guarapuava como um todo, deve acontecer seguido de estratégias aliadas a políticas públicas que atendam todas as classes sociais, principalmente as classes menos favorecidas, necessitando de investimentos e propostas em projetos que atendam as questões ambientais, já que com o crescimento vertical e principalmente horizontal, muitos espaços rurais tornam-se urbanos, assim novas áreas estão sendo incorporadas à cidade precisando ser planejadas.

Por meio do levantamento dos aspectos que tangem ao uso e a ocupação do solo urbano, esperamos que os segmentos aqui abordados possam colaborar com projetos que visem a atender as necessidades da população guarapuavana, contribuindo para a melhoria desta ao acesso a uma habitação e/ou moradia com o mínimo de infraestrutura adequada, ressaltando que este acesso é um direito universal, e por isso mesmo, deve merecer atenção especial das autoridades competentes do município.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.
- CARLOS, Ana Fani A. A cidade. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001. \_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. SP: Contexto, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: \_\_\_\_\_. (Org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 79-91.
- \_\_\_\_\_ et al. (orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARMO, Paulo S. do. **O trabalho na economia global**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2001.
- CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.
- CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel, 1972. 121 p.
- GONÇALVES, Maria Flora (org). **O novo Brasil Urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410940>>. Acesso em: 26 ago. 2011.
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.
- MÜLLER, Azemir. **Os agentes modeladores do espaço urbano no entorno do Parque do Lago em Guarapuava/PR**. Guarapuava/PR, 2006, 42p. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Licenciatura - UNICENTRO).
- ROSSATO, Ricardo. Cidades Brasileiras: a urbanização patológica. **Ciência e Ambiente**. Local da Publicação, IV, p. 23-31, Jul./Dez, 1993.
- SANTOS, Evandro Cardoso. **Caracterização do sistema urbano brasileiro e seus principais problemas**. (On line) Curitiba: 2005. Disponível em: <<http://www.crea-pr.org.br/crea/html/scopus/pdf/arturb1.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2011.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da Cidade versus Estatuto de Cidade – eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-34.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SPÓSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Industrialização e urbanização. In:\_\_\_\_\_. **Capitalismo e urbanismo**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 42 – 60.